



MPF AM: empresário de Barcelos está proibido de explorar a cadeia da piaçava sob o regime de aviamento

Combate Racismo Ambiental - 02.02.2016

A empresa L. C. Morais Rocha Comercial e o proprietário dela, o empresário Luiz Cláudio Morais Rocha, conhecido como 'Carioca', estão proibidos de promover a exploração do trabalho e a comercialização de piaçava baseados no regime de aviamento.

[+ leia mais](#)

Lições do assassinato da criança Kaingang

Diário Liberdade - 02.02.2016

Quando comecei a estudar e pesquisar sobre as crianças indígenas, seus direitos e realidades, me assustei, de imediato, com o fato delas estarem no topo dos índices sociais em relação às condições de vulnerabilidade e de violação de direitos.

[+ leia mais](#)

Indígenas vendem gasolina venezuelana

Folha Web - 02.02.2016

Com o fechamento do posto de gasolina na Venezuela, alvo de protesto de indígenas daquele país, a venda clandestina de combustível venezuelano se intensificou em comunidades indígenas de Pacaraima, município a 220 quilômetros da Capital pela BR-174, na fronteira do Brasil com a Venezuela, Norte do Estado. A Folha foi no fim de semana à região e constatou a prática ilegal.

[+ leia mais](#)

Carta dos servidores que atuam no Vale do Javari à direção da Fundação Nacional do Índio – Funai

Portal Áfricas - 02.02.2016

Nós, servidores da Funai vimos externar à Diretoria deste órgão o nosso descontentamento e perplexidade com a forma como está sendo exposto perante a sociedade os trabalhos executados no âmbito das Coordenação Regional Vale do Javari e Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari.

[+ leia mais](#)





Justiça Federal suspende CPI do Cimi afirmando inexistência de conflito federativo em investigação

CIMI - 02.02.2016

A Comissão Paramentar de Inquérito instalada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul para investigar a atuação do Cimi no estado está suspensa por decisão liminar da Justiça Federal. Os trabalhos da chamada CPI do Cimi deveriam recomeçar nesta terça-feira, dia 2, mas conforme o juiz da 2ª Vara Federal de Campo Grande Pedro Pereira dos Santos não há conflito federativo no escopo das apurações da comissão. Desse modo, a CPI do Cimi extrapola as atribuições do Poder Legislativo sul-mato-grossense para o que é de competência Federal.

[+ leia mais](#)

Grupo invade Ministério do Desenvolvimento Agrário no DF

Diário Sudoeste - 02.02.2016

Integrantes da Frente Nacional de Luta, Campo e Cidade (FNL) invadiram o prédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, às 03:50 desta terça-feira(2), em protesto por reforma agrária e demarcação de terras indígenas e quilombolas.

[+ leia mais](#)

Cebrapaz exige libertação da líder indígena Milagro Sala

Portal Vermelho - 02.02.2016

O Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz soma-se aos movimentos sociais na Argentina e na América Latina para condenar a perseguição anunciada do novo governo de Mauricio Macri àqueles que lutam por seus direitos e contestam a opressão e a exploração, principalmente no campo.

[+ leia mais](#)

Índios Yanomami sofrem com seca e queimadas no interior de Roraima

G1 - 01.02.2016

Sem chuva há mais de um mês, a maior reserva de índios do país, a Terra Indígena Yanomami (TIY), em Roraima, sofre com os efeitos da mais intensa estiagem dos últimos 20 anos no estado. "Queimadas estão acontecendo na floresta e os rios menores já secaram", relata Dário Kopenawa, coordenador de políticas públicas da Hutukara Associação Yanomami.

[+ leia mais](#)



Escola quilombola em Rio Claro continua aberta após recomendação do MPF/RJ

MPF/RJ - 01.02.2016

Após recomendação do Ministério Público Federal (MPF) em Volta Redonda (RJ) e comoção da comunidade local, a Prefeitura do município de Rio Claro reviu a decisão de fechar a escola municipalizada Rio das Pedras, que atende a comunidade do quilombo Alto da Serra.

[+ leia mais](#)

Justiça obriga União a prestar atendimento à saúde indígena no Pará

Portal Áfricas - 01.02.2016

A Justiça Federal determinou que a União adote com urgência medidas básicas para o atendimento à saúde de 13 povos indígenas de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, no oeste do Pará. O atendimento aos índios estava sendo negado sob as alegações de que as terras desses povos ainda não estão demarcadas ou porque há índios que não moram nas aldeias, mas o Ministério Público Federal (MPF) defendeu e a Justiça acatou a tese de que esses critérios são ilegais.

[+ leia mais](#)